

## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

JANIELE MARTINS DA FONSECA, brasileira, casada, inscrita no  
CPF nº. m.º 147.006.804-40 e RG m.º 003.787.532, residente e  
domiciliada no sítio Queimados, Zona Rural do Município de  
Araruna/PB, CEP 58.233-000

\_\_\_\_\_, nomeia e bastante constitui:

OUTORGADO: JORDANA DE PONTES MACÊDO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 18.369 com escritório situado na Rua Bulhões de Carvalho, 51, centro, Araruna/PB, 58.233-000, Tel.: (83) 9 9979-7501.

PODERES: Os da cláusula "AD JUDITIA ET EXTRA", além de onde com esta se apresentar, em qualquer Comarca, instância ou Tribunal, até final decisão, usando os recursos legais e representando a outorgante em qualquer Órgão Judicial ou Administrativo, empresas privadas, etc., conferindo-lhe ainda poderes para: promover a defesa dos seus direitos, como autor, réu, assistente, oponente ou terceiro interveniente, interposição de recursos em geral, confessar, desistir, firmar acordos, receber e dar quitação, receber citação inicial, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reserva de poderes, revogar procuração, contestar, reconvir, confessar, requerer protestos e acessórios, alvarás, oferecer razões orais ou escritas, solicitar perante as repartições públicas, em seu nome e para o fiel cumprimento do presente, o que tudo dará por firme e valioso.

Honorários: Caberá a advogada 30 % (trinta por cento) dos valores a serem apurados na presente ação, a título de honorários advocatícios, independente de acordo entre as partes.

### DECLARAÇÃO DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

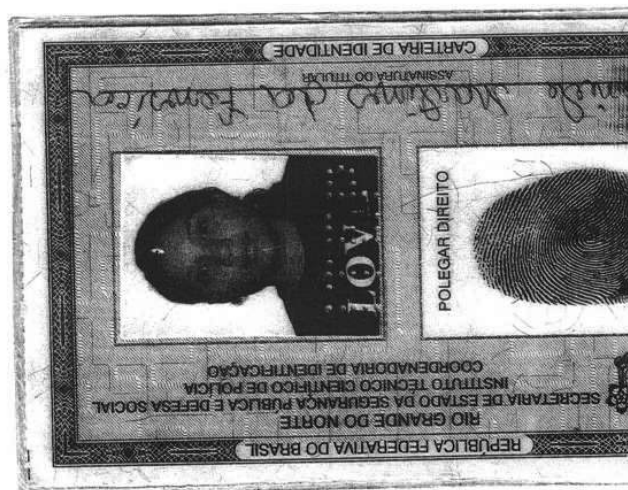
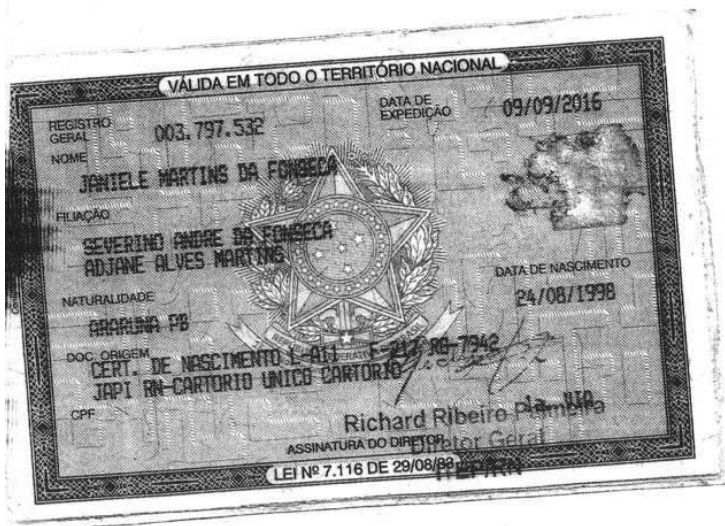
A parte acima qualificada declara para os devidos fins de direito, que não dispõe de condições para arcar com qualquer demanda, sem que falte o essencial para sua sobrevivência e de sua família, sendo, portanto, beneficiário(a) das benesses da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC e art. 5º, LXXIV, da CF c/c a lei 1.060/50.

Araruna/PB, 27 de Março de 20 19.

Janielle Martins da Fonseca  
OUTORGANTE

Obs: É dispensado o reconhecimento de firma por força do art. 1º da Lei 8.952/94.







**Ministério da Fazenda  
Receita Federal**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

**Número**

**147.006.804-40**

**Nome**

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**

**Nascimento**

**24/08/1998**



Assinado eletronicamente por: JORDANA DE PONTES MACEDO - 27/03/2019 16:01:16

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032716000265300000019564852>

Número do documento: 19032716000265300000019564852

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Marmoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

SEVERINO ANILRE DA FONSECA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

P.O. QUEIMADAS 62 SN

CFF 629 383 204-34 NIS 12482761389

QUEIMADAS/ÁREA RURAL

JAPI RN

59213-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL

BAIXA RENDA COM NIS

Mono-faseico

CONTA CONTRATO

MÊS/ANO

0809570010

09/2017

DATA DE VENCIMENTO

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

20/09/2017

14/10/2017

TOTAL A PAGAR (R\$)

10,98

Nº DA NOTA FISCAL

SÉRIE

EMISSION

000563196

UNICA

13/09/2017

APRESENTAÇÃO

Nº DO CLIENTE

Nº DA INSTALAÇÃO

13/09/2017

3001567322

323483

QUANTIDADE

PREÇO (R\$)

Consumo Ativo até 30 kWh

30,0000000

0,15391388

Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh

22,0000000

0,26395237

Acréscimo Bandeira AMARELA

0,21

Acréscimo Bandeira VERMELHA

0,42

Compensação DMIC 07/17

-0,06

TOTAL DA FATURA

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

MEDIDOR	FUNÇÃO	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	ADJUSTE	CONSUMO (KWH)
AB255X	CA1	14/09/2017	8 934,00	13/09/2017	8 989,00	30	1,00000		52,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Geração de Energia	R\$	4,82	41,8%
Transmissão <td>R\$<td>0,82<td>5,8%</td></td></td>	R\$ <td>0,82<td>5,8%</td></td>	0,82 <td>5,8%</td>	5,8%
Distribuição (Custos) <td>R\$<td>3,23<td>29,2%</td></td></td>	R\$ <td>3,23<td>29,2%</td></td>	3,23 <td>29,2%</td>	29,2%
Perdas de Energia <td>R\$<td>0,79<td>7,1%</td></td></td>	R\$ <td>0,79<td>7,1%</td></td>	0,79 <td>7,1%</td>	7,1%
Energia Setorial <td>R\$<td>0,98<td>8,9%</td></td></td>	R\$ <td>0,98<td>8,9%</td></td>	0,98 <td>8,9%</td>	8,9%
Tributos <td>R\$<td>0,80<td>7,2%</td></td></td>	R\$ <td>0,80<td>7,2%</td></td>	0,80 <td>7,2%</td>	7,2%
Total	R\$	10,44	94,9%

TARIFAS APLICADAS

RESERVADO AO FISCO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O pagamento desta Nota Fiscal deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em [www.aeeel.gov.br](#). O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pago em atraso gera multa 2% (R\$414 JANEI), juros 1% a.m. (Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.

Atenção! COSERN não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não altera condições comerciais. Este comunicado não substitui o registro de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de rateamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorreu a suspensão.

ATENÇÃO! COSERN NÃO FORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Convença-se ao pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica(s).

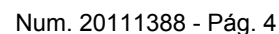
Vencido	Diretório	Valor	Vencido	Diretório	Valor
Vencido 21/09/17	Diretório 13/09/17	12,75	Vencido	Diretório	Valor

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não altera condições comerciais. Este comunicado não substitui o registro de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de rateamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorreu a suspensão.

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

NÍVEL DE TENSÃO

CONJUNTO	VALOR APROVADO	LIMITE MINIMAL	LIMITE TRAMITAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO MINIMO	LIMITE DE VARIAÇÃO MAXIMO
DIC	LAOGADANTA	MAI/2017			220	202	230
FIC		7,38	11,45	22,80			
DMIC		3,00	7,74	15,49			
		6,31	6,29	0,00			





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 002/2017

Ocorrência nº. 300/2017

Aos DEZOITO dias de JULHO de DOIS MIL E DEZESSETE, nesta cidade de ARARUNA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JOACIL DE LIMA MOREIRA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivã(o) de polícia ad hoc, nomeado pela Autoridade para funcionar neste procedimento a quem a mesma Autoridade deferiu o compromisso legal de bem e fielmente servir, prontamente aceito, aí, por volta 10h:14min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**, conhecido por **JANIELE**, Identidade nº 003.797.582-SSP/RN, CPF nº [redacted], nacionalidade brasileira, estado civil: solteira, profissão: estudante, filho(a) de Severino André da Fonseca e Adjane Alves Martins, natural de Araruna/PB, nascido(a) em 24/08/1998 (18 anos de idade), do sexo FEMININO, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Barbaço, s/n, tendo como ponto de referência: zona rural, na cidade de ARARUNA, fone(s) para contato: [redacted]

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 3 de maio de 2017;
- 3) HORÁRIO: 10h:0min;
- 4) LOCAL: Sítio Bernardo - Araruna;
- 5) UNIDADE DE SAÚDE PARA A QUAL O ACIDENTADO FOI ENCAMINHADO: Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira LTDA;
- 6) O COMUNICANTE/VÍTIMA CONDUZIA O VEÍCULO? SIM;
- 7) SENDO O(A) COMUNICANTE CONDUTOR(A) DO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE, É ELE HABILITADO? não;
- 8) O VEÍCULO DO(A) COMUNICANTE/VÍTIMA ENCONTRA-SE EM DIA COM AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS? NÃO

**6) DESCRIÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) NO ACIDENTE:**

MOTOCICLETA MARCA HONDA POP 100, ANO/MOD 2008/2009, COR CINZA, PLACA NNM 9530, licenciado em nome de Maria Cavalcante

**7) TESTEMUNHA(S) DO FATO/ACIDENTE:**

**FERNANDA CAVALCANTE DA SILVA e MARIA CAVALCANTE**, residente no sítio Barbaço, 04, zona rural de Araruna/PB.

**8) BREVE RESUMO DO FATO:**

Afirma a noticiante que pilotava a moto acima descrita com sua amiga **FERNANDA**, quando ao passarem na rodovia que corta o sítio Bernardo na zona rural de Araruna, a noticiante foi "fechada" por outra moto que lhe ultrapassou, tendo a noticiante perdido o controle da moto e caiu na rodovia; QUE com a queda a noticiante sofreu fratura no braço direito; QUE foi atendida no hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira; QUE não possui CNH, pois ainda retirou seu CPF

**9) OBSERVAÇÕES:**

Que com sua assinatura abaixo, assumi o compromisso de comparecer ao tribunal especial quando intimado para tal. Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã(o) que digitei.

*Janiele Martins da Fonseca*  
JANIELE MARTINS DA FONSECA

Comunicante

*Rielson da Costa Belmont*  
RIELSON DA COSTA BELMONT

Escrivão de Polícia ad hoc





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES		DETTRAN - RN Nº 010850102712	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
VIA 1	COD RENAVAM 0011860916	ENTRADA 0011860916	EXERCICIO 2014
MARCIA CAVALCANTE		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
PLACA 044.943.074-08	CHASSI NNM9530	PLACA NNM9530	CHASSI NNM9530
RENAVAM 0011860916	CHASSI NNM9530	CHASSI NNM9530	CHASSI NNM9530
ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA	COMBUSTIVEL GASOLINA	COMBUSTIVEL GASOLINA	COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA/MODELO HONDA/POP100	ANO FAB 2008	ANO MOD 2009	ANO MOD 2009
CAP/POT/CIL 10CV/97 CILINDRADAS	COR PREDOMINANTE CINZA	COR PREDOMINANTE CINZA	COR PREDOMINANTE CINZA
COTA UNICA 11/08/2014	VENZ COTAS 1º PAGO	VENZ COTAS 2º PAGO	VENZ COTAS 3º PAGO
PREMIO TARIFARIO (R\$) 0.00	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00
TAXAS DETRAN: PAGO	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	PREMIO TOTAL (R\$) 0.00
OBSERVAÇÕES		OBSERVAÇÕES	
MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO		MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO	
JAPI / RN		JAPI / RN	
MARCIA DE PONTES MACEDO		MARCIA DE PONTES MACEDO	
Coordenador de Registro e Licenciamento		Coordenador de Registro e Licenciamento	
DATA 13/10/2014		DATA 13/10/2014	

DETTRAN - RN		Nº 010850102712	
BILHETE DE SEGURO DPVAT		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
MARCIA CAVALCANTE		MARCIA CAVALCANTE	
PLACA 044.943.074-08		PLACA 044.943.074-08	
CHASSI NNM9530		CHASSI NNM9530	
RENAVAM 0011860916		RENAVAM 0011860916	
CHASSI NNM9530		CHASSI NNM9530	
COMBUSTIVEL GASOLINA		COMBUSTIVEL GASOLINA	
MARCA/MODELO HONDA/POP100		MARCA/MODELO HONDA/POP100	
ANO FAB 2008		ANO MOD 2009	
COR PREDOMINANTE CINZA		COR PREDOMINANTE CINZA	
COTA UNICA 11/08/2014		VENZ COTAS 1º PAGO	
PREMIO TARIFARIO (R\$) 0.00		PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	
TAXAS DETRAN: PAGO		PREMIO TOTAL (R\$) 0.00	
OBSERVAÇÕES		OBSERVAÇÕES	
MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO		MOTOR: HB02E19009778 10 DE PORTA OBRIGATORIO	
JAPI / RN		JAPI / RN	
MARCIA DE PONTES MACEDO		MARCIA DE PONTES MACEDO	
Coordenador de Registro e Licenciamento		Coordenador de Registro e Licenciamento	
DATA 13/10/2014		DATA 13/10/2014	

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.dpvatsegurodetran.rn.gov.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

AGD-2013

SEGURADORA LIDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br



SAMU ARARUNA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA**

## DECLARAÇÃO

O SAMU 192 BASE DESCENTRALIZADA DE ARARUNA-PB, inscrito sob CNPJ: 11.667.845/0001-51. DECLARA para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1684934, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente Janiele Martins da Fonseca, 19 anos, CPF 003.797.532, RG 003.797.532, vítima de acidente de motocicleta, no dia 03/05/2019 às 10:45 horas, na localidade Sítio Bernardo. Sendo o mesmo encaminhado para Hospital Regional de Guarânia.

Araruna, 08 de Fevereiro de 2019.

Thais Lourenna da Silva Ferreira  
Coordenação Administrativa  
SAMU ARARUNA  
10815

Thais Lourenna da S. Ferreira  
Coordenação Administrativa  
SAMU 192 BASE DESCENTRALIZADA DE ARARUNA-PB

Rua Coronel Pedro Targino, S/N -- Centro, CEP 58233-000, Araruna-PB  
FONE: (83) 3373-1209



Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2018

Carta nº: 12267001

A/C: JANIELE MARTINS DA FONSECA

Nº Sinistro: 3170522194  
Vítima: JANIELE MARTINS DA FONSECA  
Data do Acidente: 03/05/2017  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: JOSE ALVES PESSOA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JANIELE MARTINS DA FONSECA

Valor: R\$ 843,75

Banco: 001

Agência: 000002703-0

Conta: 000010017492-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 =	R\$	843,75
--	-----	--------

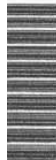
NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.



Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,


**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01781/01782 - carta\_15R - INVALIDEZ



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 006.5.19.00099/01
			<b>Data de emissão:</b> 27/03/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Araruna	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2019
<b>Número da guia:</b> 006.2019.600099 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,54
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 990,80 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 15,56 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.210,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000120 102109283188 520190331006 651900099011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.210,21





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 006.2019.600099

**Data Vencimento:** 31/03/2019

**Data Emissão:** 27/03/2019

**Comarca:** Araruna

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JANIELE MARTINS DA FONSECA

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**Valor da Causa:** R\$ 13.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 15,56

**Custas:** R\$ 990,80

**Taxa:** R\$ 202,50

**Total da Guia:** R\$ 1.208,86

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1ª Vara Mista de Araruna

---

PROCESSO: 0800151-86.2019.8.15.0061

[SEGURO]

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

#### DESPACHO

Vistos, etc.

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira, nem é prova inequívoca, sem contar que é desnecessária ante a possibilidade do próprio advogado afirmar na inicial, desde que tenha poderes para tanto, declarado na procuração.

No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial, natureza e objeto discutidos.

Por outro lado, o Juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.



Assim, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, INTIME-SE a parte requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício, documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, tais como: cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal.

Tudo, ante a possibilidade de redução ou parcelamento, que podem ser requeridos, nos termos do NCPC.

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça e multa de 10 vezes o valor das custas judiciais, devidos a partir do trânsito, nos termos previstos na LAJ, art. 4º, §1º, inscrita em dívida ativa, além da extinção do processo sem resolução de mérito.

Nos termos do CPC:

- A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade;
- A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento;
- O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.



Valor da causa: R\$ 13.500,00

ARARUNA, 28 de março de 2019

CLARA DE FARIA QUEIROZ

Juiz(a) de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**  
(DESPACHO)

**Processo n.:** 0800151-86.2019.8.15.0061

Fica(m) o(a)(s) **AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA**, devidamente intimado(a)(s) do **Despacho** de **ID n. 20133457**.

ARARUNA 2 de abril de 2019

RODRIGO DE ALMEIDA FERNANDES

Analista Judiciário



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA – PB.**

-  
**PROCESSO Nº 0800151-86.2019.8.15.0061**  
-  
-

**JANIELE MARTINS DA FONSECA**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem por meio de sua advogada e bastante procuradora ao final assinado, com o devido respeito à honrosa presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da cópia do cartão de recebimento do benefício do Programa Federal Bolsa Família, visando com isso, ratificar seu pedido de justiça gratuita, objetivando seu deferimento. Tudo isso como forma de se fazer justiça.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Araruna/PB, 03 de Abril de 2019.

**JORDANA DE PONTES MACÊDO**

**ADVOGADA OAB/PB 18.369**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1a VARA DA COMARCA DE ARARUNA

---

Número do Processo: 0800151-86.2019.8.15.0061

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7) - ProComum

Assunto: [SEGURO]

Partes: JANIELE MARTINS DA FONSECA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

---

## DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98, do CPC, uma vez comprovada que a autora é beneficiária do Bolsa Família (Num. 20297567 - Pág. 1)

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo o caso de improcedência liminar do pedido, designo **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 03/07/2019, às 10:00 horas (art. 334, CPC).**

Cite-se o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

A parte autora será intimada na pessoa do advogado (art. 334, §3º, CPC).

Cientes as partes quanto à possibilidade de constituírem representantes com poderes para negociar e transigir, bem como, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC).

Cientifique-se a parte promovida de que lhe é facultado oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da audiência de conciliação quando não houver comparecimento de alguma das partes ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou ainda do seu eventual protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Cumpra-se.

ARARUNA, 4 de abril de 2019



CLARA DE FARIA QUEIROZ

Magistrado





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

CARTA DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0800151-86.2019.8.15.0061  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO]

AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**Parte a ser citada:**  
**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 76, 3 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

DE ORDEM da Excelentíssimo(a) Dr(a) CLARA DE FARIA QUEIROZ, da 1ª Vara da Comarca de Araruna/PB, venho, por meio desta, **CITAR** o(a) RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, já devidamente qualificada acima, através de seu representante legal (se for o caso), para tomar conhecimento de todos os atos e termos da ação proposta.

Em ato contínuo, fica a parte acima referida, devidamente **INTIMADA** da audiência abaixo designada, com data e horário que segue:

**Tipo:** Conciliação Sala: Principal Data: 03/07/2019 Hora: 10:00

Araruna / PB, 8 de abril de 2019.

**ADVERTÊNCIAS:** **1)** O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: **I)** da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, CPC); **II)** do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inc. I (art. 335, inc. II, CPC); **III)** prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos (art. 335, inc. III, CPC); **IV)** No caso de litisconsórcio passivo ocorrendo a hipótese do art. 334, §6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, CPC) **V)** Quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inc. II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência (art. 335, §2º, CPC). **2)** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, CPC); **3)** a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §10º, CPC).



De ordem, LEVI ROSAL COUTINHO  
Chefe de Cartório

**PARA VISUALIZAR A INICIAL E DOCUMENTOS ACESSE O LINK:**  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" a CHAVE DE ACESSO respectiva, conforme relação abaixo:

Documentos associados ao processo

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	19032716010663600000019564631
Ação de DPVAT Janiele Martins x Seg. LIDER	Outros Documentos	19032715565987000000019564665
Proc. docs pes. comp de res Janiele	Documento de Comprovação	19032716000265300000019564852
BO, Doc. da moto,declar. da Samu, comp de pag menor da indenização Janiele	Documento de Comprovação	19032716002464700000019564880
GuiaCustas Janiele	Documento de Comprovação	19032716004075100000019564892
Despacho	Despacho	19032811583673400000019586045
Expediente	Expediente	19040215455153800000019696854
Petição	Petição	19040322442860500000019745058
Cartao bolsa familia Janiele	Documento de Comprovação	19040322435840200000019745062
Despacho	Despacho	19040411281804200000019751581





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
1ª VARA DA COMARCA DE ARARUNA

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**  
(DESPACHO)

**Processo n.:** 0800151-86.2019.8.15.0061

Fica(m) o(a)(s) **AUTOR: JANIELE MARTINS DA FONSECA**, devidamente intimado(a)(s) do **Despacho** de **ID n. 20304269**.

ARARUNA 8 de abril de 2019

LEVI ROSAL COUTINHO

Chefe de Cartório

